

BOLETIM 91

Brasília, 29 de março de 2016

IBGE: desemprego volta a subir e vai a 8,2%

A taxa de desocupação para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país analisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) subiu 0,6 ponto percentual de janeiro para fevereiro, quando fechou em 8,2% da população economicamente ativa - percentual de pessoas desocupadas.

O levantamento envolveu São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Os dados da PME foram divulgados quarta-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indicam que, em relação a fevereiro de 2015 (5,8%), a taxa subiu 2,4 pontos percentuais.

Segundo o IBGE, em fevereiro deste ano a população desocupada fechou em 2 milhões de pessoas, crescendo 7,2% em relação a janeiro - mais 136 mil pessoas. Em relação a fevereiro de 2015, no entanto, o crescimento do número de pessoas desempregadas chegou a 39%, o que significa que mais 565 mil pessoas ficaram sem ocupação.

Já a população ocupada do país fechou fevereiro em 22,6 milhões de trabalhadores para o conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas, neste caso apresentando declínio tanto na comparação mensal (-1,9%, ou menos



428 mil pessoas); quanto em relação a fevereiro de 2015 (-3,6%, ou menos 842 mil pessoas).

Maior taxa de desemprego - A taxa de desemprego de 8,2% apurada pelo IBGE em fevereiro é a maior para os meses de fevereiro desde os 8,5% de 2009. É também a maior variação desde os 8,8% de maio do mesmo ano.

O resultado de fevereiro de 2016 chega a ser 2,4 pontos percentuais superior ao percentual de desocupação de fevereiro de 2015: 5,8%. Neste caso, é o maior avanço anual para o mês de toda a série histórica iniciada em março de 2002.

Os dados indicam que o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado não apresentou variação na comparação mensal, permanecendo em 11,4 milhões. Quando comparado a fevereiro de 2015, há queda de 4,1% no emprego formal, redução de 488 mil pessoas com carteira assinada no setor privado.

Fonte: Agência Brasil



Rendimento do trabalhador cai 7,5%

Em fevereiro, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores foi estimado em R\$ 2.227,50, uma queda de 1,5% em relação a janeiro, que foi de 2.262,51. Quando a comparação se dá com fevereiro de 2015, o rendimento médio real habitual do trabalhador para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país (Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre) cai 7,5%. Na ocasião, este rendimento era de R\$ 2.407,53.

A massa de rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas em fevereiro deste ano foi estimada em R\$ 50,8 bilhões, resultado 3,4% abaixo da estimada em janeiro. Na comparação anual, essa estimativa recuou 11,2%.

Fonte: Agência Brasil

Custos industriais subiram 8,1% no ano passado

O crescimento médio dos custos industriais chegou a 8,1% no ano passado, a segunda maior alta anual da série iniciada em 2006, informou nesta segunda-feira (28) a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O indicador foi puxado pelo custo de produção, formado por gastos com pessoal,

energia e bens intermediários, que subiu 10,6%, e pelo custo com capital de giro, que aumentou 16,3%. Os custos com tributos caíram, em média, 2,2%.

Segundo a pesquisa, em 2015, houve mudança na tendência de estabilidade no aumento dos custos que, desde 2011, variavam anualmente, em média, entre 4,5% e 5,5%. Além disso, houve mais influência dos custos com bens intermediários importados e com energia na alta do indicador. A elevação do custo com bens intermediários importados deve-se à desvalorização do real em 2015 – a moeda caiu 42% frente aos valores de 2014. Já o aumento do custo com energia foi puxado pela alta de 51,1% no valor da energia elétrica devido ao acionamento das termoeletricas, mais caras do que as fontes hidrelétricas.

O crescimento de 16,3% do custo com capital ocorreu pela alta na taxa de juros, que passou de uma média de 11%, em 2014, para 13,5% em 2015.

Devido à crise econômica, a indústria não repassou para os preços dos produtos todo o aumento de custos, o que reduziu a lucratividade do setor. O crescimento do preço dos bens industriais ficou em 7% no ano passado.

Segundo a CNI, a desvalorização do real frente ao dólar contribuiu para a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, já que, em média, os bens importados tiveram alta de 30,5%. Especialmente para os produtos norte-americanos o aumento dos preços foi ainda maior, de 34,4%.

Fonte: Agência Brasil

Senado pode votar mudanças no 'Minha Casa Minha Vida' e incentivo ao microempreendedor

Nesta semana, os senadores podem votar as duas medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário. Também há previsão de votação de projetos que tratam do microempreendedorismo e da redução da máquina pública pela restrição do número de cargos comissionados.

O primeiro item da pauta de votações é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2016, proveniente da Medida Provisória (MP) 698/2015, que mudou as regras do Programa Minha Casa Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do FGTS. A medida assegura que, se os beneficiários do programa não quitarem as prestações dos imóveis que serão construídos com recursos do FGTS, o Tesouro Nacional fará a compensação.

O FGTS já operava com o pagamento de parte da aquisição de imóveis novos, produzidos com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Porém, as regras anteriores à MP exigiam um tipo de garantia específica. Por isso, será necessário que o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) garanta o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro, mas em favor do beneficiário. A MP perde a validade no dia 31 deste mês.

Em seguida, também trancando a pauta, está o PLV 5/2016 (originado da MP 709/2015) que disponibilizou R\$ 1,318 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa,



da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte e para as secretarias de Aviação Civil e de Portos, além de ter promovido transferências a estados e municípios.

Os recursos destinam-se ao combate ao mosquito *Aedes aegypti*, ao fomento agropecuário, ao Programa Farmácia Popular e à transposição do Rio São Francisco. As transferências para estados e municípios são para recomposição de pagamentos referentes à Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996, que regulamentou a cobrança de ICMS e instituiu isenção para produtos destinados à exportação).

Microempreendedor - Também pode ser votado nesta semana o PLC 167/2015 - Complementar, do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC), que permite ao microempreendedor individual usar a própria residência como sede de seu negócio, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

Na justificativa da proposta, que altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006), argumenta-se que alguns empreendedores individuais poderiam exercer a sua atividade na própria residência, sem a necessidade de dispor de estabelecimento para



essa finalidade. Lembra-se, no entanto, haver impedimentos por legislações, principalmente estaduais, proibindo que o endereço do empreendimento coincida com o endereço residencial.

*Fonte: Agência Senado
Portal EBC*

Prestações subirão de R\$ 125 a R\$ 1.019 com novos juros da Caixa

O aumento de juros para novos financiamentos de imóveis anunciado nesta segunda-feira (28) pela Caixa Econômica Federal fará as prestações subir de R\$ 125 até R\$ 1.019, dependendo do valor do imóvel e do tipo de relacionamento do mutuário com o banco. O levantamento foi divulgado pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) após o anúncio das novas taxas pelo banco.

Os valores só valem para contratos assinados desde a última quinta-feira (24). Quem fechou negócio antes dessa data continuará a pagar as prestações antigas. Para o financiamento de imóveis de R\$ 300 mil pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com a tabela price (prestações fixas), as prestações subirão de R\$ 156,47 a R\$ 266,48. As taxas para essas linhas, que estavam entre 9,3% e 9,9% ao ano, passaram para uma faixa entre 10% e 11,22% ao ano.

Nos financiamentos de imóveis do mesmo valor pelo sistema de amortização constante (prestações decrescentes), o impacto na

prestação ficará entre R\$ 125 e R\$ 250. Nessa modalidade, os juros aumentaram de uma faixa entre 10,5% e 11,5% ao ano para um intervalo entre 11% e 12,5% ao ano.

As parcelas dos financiamentos de imóveis de R\$ 750 mil pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) com a tabela price subirão de R\$ 200,75 a R\$ 1.019,22. No sistema de amortização constante, a prestação de um financiamento de R\$ 750 mil subirá de R\$ 312,50 a R\$ 616. Até agora entre 10,5% e 11,5% ao ano, as taxas do SFI ficarão entre 11% e 12,5% ao ano.

Os juros dos financiamentos da Caixa variam conforme o grau de relacionamento do mutuário com o banco. Quem não é correntista paga taxas mais altas. Quem tem conta no banco paga menos, com desconto maior caso receba salário pelo banco. Servidores públicos também têm descontos maiores nos juros.

Em nota, a Caixa informou que o reajuste das taxas do SFH e do SFI é “decorrente de alinhamento ao atual cenário econômico”. A última vez em que o banco tinha aumentado os juros para esse tipo de financiamento tinha sido em outubro do ano passado.

As taxas de juros dos financiamentos habitacionais com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não sofreram alteração.

Fonte: Agência Brasil

Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Elétrico será lançada amanhã

Será lançada nesta quarta-feira (30), às 11 h, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Elétrico Brasileiro. A frente é coordenada pela deputada Erika Kokay (PT-DF). A parlamentar explica que o objetivo da frente é fortalecer o sistema elétrico público, discutir um novo modelo para o setor e defender os interesses da classe trabalhadora.

Em termos concretos, segundo ela, a frente pretende:

- lutar por um novo modelo do setor, discutindo com o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisas Energéticas, a Eletrobrás, entidades sindicais e movimentos sociais;
- lutar pela manutenção e melhoria dos direitos e benefícios, assim como a valorização dos trabalhadores do setor;
- lutar contra os acidentes de trabalho;
- lutar pela redução das tarifas de energia elétrica;
- lutar pela ampliação de participação do controle popular nas decisões sobre a política energética nacional;
- promover audiências públicas, seminários e eventos regionais nos estados para debater a pauta dos eletricitários;
- promover atividades conjuntas com a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras; e
- ajudar nas articulações políticas durante as negociações de campanha salariais nas empresas do setor elétrico.

Fonte: Agência Câmara



OAB protocola novo pedido de impeachment

Uma grande confusão (*foto*) marcou o ato que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pretendia fazer nesta segunda-feira (28). Membros da OAB Nacional foram à Câmara dos Deputados entregar um novo pedido de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. Quando chegaram, foram recebidos por militantes e advogados pró e contra o afastamento da presidenta.

O ato seria no Salão Verde. Assim que os representantes entraram no salão, houve muito empurra-empurra e o presidente da OAB do Distrito Federal, Juliano Costa Couto, criticou a manifestação.

Os dirigentes da OAB desistiram do ato e entregaram o novo pedido de impeachment no protocolo da Câmara.

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, deputado Rogério Rosso, do PSD do Distrito Federal, explicou que nada muda no pedido em tramitação na Câmara.

Está prevista para esta terça-feira (28) a sexta das dez sessões plenárias que contam como



prazo para que a presidenta Dilma Rousseff se defenda da acusação de crime de responsabilidade, no processo de impeachment.

Após a defesa, o relator Jovair Arantes, do PTB de Goiás, vai produzir um parecer para prosseguir ou interromper o processo. Esse relatório será votado pelo plenário da Câmara. Para interromper o processo, o governo precisa ter pelo menos 172 votos contra o impedimento da presidenta.

Fonte: Agência Câmara

Decisão do PMDB de deixar governo se dará por aclamação

Após se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o vice-presidente Michel Temer decidiu não comparecer à reunião do Diretório Nacional do PMDB marcada para esta terça-feira (29). Além dele, os sete ministros da legenda que compõem o governo não devem participar do encontro.

Com parte das representações estaduais da legenda já sinalizando que vão votar pelo desembarque do governo, a decisão de amanhã se dará por aclamação e não mais por votação, cuja deliberação se daria por maioria simples.

Antes de costurar o acordo sobre a decisão de amanhã, o vice-presidente, que é presidente nacional do partido, reuniu lideranças durante todo o dia de hoje no Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência. Pela manhã, a presidenta recebeu seis ministros da legenda, com exceção de Kátia Abreu, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Fonte: Portal EBC

STF abre mais dois inquéritos contra Renan

O Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou pedido do Ministério Público Federal para desmembrar parte de um inquérito que tem como suspeitos o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE) em outros dois. Os casos passam a tramitar separados do inquérito inicial.

As duas ações foram desmembradas no último dia 22. Os dois inquéritos ficarão com o ministro Teori Zavascki, porque ele é relator da Operação Lava Jato. O presidente do Senado passa a responder a nove investigações no STF.

Em um dos inquéritos serão apuradas supostas irregularidades em contratações na Transpetro e, no outro, um suposto conluio entre Calheiros e Gomes para que uma empresa fosse contratada pela Petrobras.

No último dia 21, o ministro Teori Zavascki havia decidido abrir o sétimo inquérito para investigar Renan Calheiros. O ministro atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República destinado a apurar supostos repasses para Renan Calheiros feitos pelo doleiro Alberto Youssef, um dos delatores do esquema de desvios na Petrobras.

Fonte: Portal EBC



Aprovada inclusão do TST entre os órgãos do Judiciário e PEC 11 vai a promulgação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno, por 384 votos a 26 e sete abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/15, do Senado, que inclui explicitamente o Tribunal Superior do Trabalho entre os órgãos do Poder Judiciário. Como o texto não teve mudanças em relação ao enviado pelo Senado, a matéria irá à promulgação em data a ser definida.

A emenda visa à explicitação do TST no rol dos órgãos que compõem o Poder Judiciário e altera o requisito para provimento dos cargos de ministro do Tribunal, além de incluir dispositivo que atribui ao TST a competência de processar e julgar originalmente a Reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões. Esta competência garantiria a similitude com o Superior Tribunal de Justiça, que guarda identidade de atribuições com o TST, dentro das suas respectivas competências.

Em diversas conversas junto ao Congresso Nacional durante a tramitação da proposta, o ministro Barros Levenhagen, que ao longo de sua gestão como presidente do TST se empenhou pessoalmente para a aprovação da emenda, apontou a igualdade constitucional do TST com o STJ como um dos parâmetros para a aprovação da PEC. A campanha para esse reconhecimento foi iniciada em 2010.

Para o atual presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, a proposta aprovada é de fundamental importância ao reconhecer a Reclamação, instrumento para a preservação da competência e da jurisprudência do TST. Ele lembrou que tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o STJ já possuem este instrumento, fundamental para o cidadão por democratizar o acesso às decisões dos tribunais superiores. O dispositivo estabelece que o TST pode fazer valer a sua jurisprudência caso outras instâncias decidam de forma diferente da sua.

Fonte: TST

STF publica súmulas vinculantes sobre auxílio-alimentação e medida provisória

Duas novas súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal foram publicadas nesta segunda-feira (28/3) no Diário Oficial da União. Os enunciados abordam a validade de medidas provisórias e a exclusão do direito de auxílio-alimentação a servidores inativos.

Os textos foram aprovados pelo Plenário da corte no dia 17 de março. Na ocasião, os ministros converteram a Súmula 651 na Súmula Vinculante 54, com o seguinte teor: “A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a Emenda Constitucional 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição”.



A Súmula 680 virou a Súmula Vinculante 55: “O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos”.

A edição de novas súmulas vinculantes é meta estipulada pelo ministro Ricardo Lewandowski assim que assumiu a Presidência da corte, em setembro de 2014. Desde então, o Supremo editou 22 enunciados. Os textos têm cumprimento obrigatório nos demais órgãos do Poder Judiciário e na administração pública direta e indireta. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.

Fonte: Jusbrasil

Projeto exclui PIS/Pasep e Cofins da base de cálculo da contribuição previdenciária

De autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), a proposta altera a Lei 12.546/11. “A atual redação da lei dá a entender que esses valores compõem a receita bruta e, por conseguinte, a base de cálculo da contribuição previdenciária”, afirma o deputado. “Contudo, tais valores não são faturamento da empresa, mas mero ingresso destinado ao pagamento de tributos federais.”, completou o parlamentar.

Conforme Bezerra, a sistemática legal atual “gera um efeito nefasto de tributação em cascata, ou seja, de tributos compondo a base de cálculo uns dos outros, o que reduz a transparência e a justiça fiscal”.

Pela proposta, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal decorrente da

medida e o incluirá no projeto da lei orçamentária apresentado após a publicação da lei, em caso de aprovação.

Fonte: Agência Câmara



O presidente Mazinho vai coordenar a reunião da Diretoria da CONTRICOM que ocorre nesta quarta (30), em Brasília

AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO

Dia 29 (quarta-feira), participa, na sede nacional da CONTRICOM, em Brasília, durante todo dia, de reunião da Diretoria que discutirá assuntos de interesse da entidade e dos trabalhadores da construção e do mobiliário

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)